Relato de Experiência

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 30/4/2022
Aceito: 21/5/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

MONTEIRO, C. T. do C. Como indigenista e missionário leigo com o povo Tembé. Alto Rio Guamá, PA, abril/2022, Ourém, PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 167-171, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p167-171.

COMO INDIGENISTA E MISSIONÁRIO LEIGO COM O POVO TEMBÉ

Claudemir Teodoro do Couto Monteiro[1]

O ano era 1987, quando o País debatia a nova Constituição Federal e os direitos humanos, entre eles os direitos dos povos indígenas. Foi quando me vi, pela primeira vez, como ativista da causa indígena. Articulado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), frequentando os corredores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do Regional Norte 2, eu tinha notícias da urgência de mobilização em favor de emendas populares à proposta relativa aos direitos indígenas para a nova Constituição Federal. Eu não tinha pleno entendimento de causa, mas sabia que era justa e necessária. Com uma prancheta nas mãos e várias listas de abaixo-assinado, eu e outros companheiros do Grupo de Apoio à Causa Indígena (GACI), grupo formado por religiosos e leigos, fomos às ruas, praças e rodoviária de Belém sensibilizar a população e pedir assinaturas em apoio às emendas constitucionais para o capítulo dos índios. Foi a minha primeira atividade como ativista, talvez o meu batismo nessa causa. O resultado desse trabalho veio em outubro de 1988, quando foram consagrados os artigos 231 e 232 do CAP VIII, dos índios. Segundo análise dos cientistas sociais, uma das melhores legislações destinadas aos indígenas na história do Brasil. Foi uma luta árdua iniciada pelos povos indígenas com fortes mobilizações nos corredores do Congresso Nacional, que provocou a ira das mineradoras, que pagaram o Jornal O Estado de São Paulo para fazer campanhas difamatórias contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

[1] Missionário leigo, graduado em pedagogia e Ciencias Socais com ênfase em Antropologia UFPA. Membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte 2, Pará e Amapá.
E-mail: turypar@hotmail.com

e os povos indígenas, na tentativa de enfraquecer as mobilizações. Enfim, o movimento indígena e indigenista venceram aquela batalha.

Somente em 1989, quando me desliguei do noviciado da Congregação dos Padres Cruzios, cuja casa era avizinhada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde também se localizava o escritório do Cimi, que ingressei na entidade onde me encontro até os dias atuais como missionário entre os Tembé do Alto Rio Guamá[2]. Já tinha um estreito conhecimento do escritório, onde voluntariava-me para trocar lindos artesanatos Munduruku, com sandálias e tecidos para enviar às missões dos frades na Missão Cururu[3]. Fui pela primeira vez para uma aldeia em abril de 1990, na Semana Santa, levado pela então missionária Maria Raimunda Soares, conhecida como Raimundinha (hoje atua em Moçabique/África). Por esse motivo, vivencio uma profunda ligação mística e propriamente religiosa com a Páscoa e os Tembé. Todos os anos comemoro com esse povo, de forma silenciosa e orante, o meu conhecimento de causa e chegada ao território. Não somente por isso, mas pela própria trajetória de conflitos e conquistas, paixão e ressurreição desse povo. E, neste relato de experiência, me permitam falar desse povo que adotei como meus parentes e que me adotaram como aliado de suas causas. Voltando à Páscoa....

No território do povo Tembé

Saímos de Belém às 7 da manhã até o município de Capitão Poço (240 km distante da capital). De Capitão Poço pegamos um caminhão "pau de arara" que fazia o trajeto até à Vila de Boca Nova. Nessa vila encontramos alguns índigenas, que iam aos comércios vender suas farinhas e comprar alimentos. Na ocasião pedimos carona em suas canoas e descemos o Rio Guamá até à Aldeia Tawari, onde fomos acolhidos pelo Sr. Pedro Teófilo e sua esposa D. Fausta, considerados por nós, do Cimi, padrinhos de nossa missão.

A minha primeira reação quando cheguei aos Tembé foi o despojamento de meus parâmetros sobre indígenas, aquela ideia romântica aprendida nas escolas, de que todos moravam em ocas, viviam em grandes aldeias circulares, etc... Nada disso! Os Tembé viviam em casas de madeira ou de barro (taipa), havia também algumas casas de palha; trabalhavam nas roças como qualquer trabalhador rural, pescavam, e pouco expressavam a indianidade. Apesar do exercício de despojamento tive que reaprender naqueles breves dias a entender como funcionava a identidade indígena daquele povo tão machucado pela história.

Não poderia de forma nenhuma falar do meu engajamento sem falar do gravíssimo problema fundiário enfrentado pelo Povo Tembé. Naquela ocasião, os Tembé tinham um território invadido com todos os tipos de invasores, madeireiros, fazendeiros, posseiros incentivados por políticos e que pretensiosamente tinham a finalidade de diminuir a terra indígena. O que cabia a minha capacidade missionária diante de tamanha gravidade? Quase nada! Eu somente sabia escrever cartas e relatórios. Cartas e relatórios ao Cimi para divulgar a situação daquele povo. Na verdade, eu somava a uma equipe itinerante, pois o Cimi tinha outras pessoas que atuavam em várias áreas indígenas que eu também cheguei a conhecer e visitar em outras ocasiões. Então não comecei do zero, mas partia da experiência de outros companheiros que já tinham passado pelo Guamá e tinham encaminhado processos. Por exemplo, havia uma suposta proibição de transitar

[2] Povo indígena que vive na terra indígena Alto Rio Guamá, localizada no município de Santa Luzia do Pará, PA.
[3] Missão dos Frades Menores Franciscanos, localizada na T.I Mundurucu, no município de Jacareacanga, PA.

pelas aldeias. Particularmente eu frequentava as aldeias de cima (Rio Guamá acima)[4]. Não podia ir para as aldeias de baixo, pois havia um suposto interdito proibitório feito pelos índios do baixo (Rio Guamá abaixo)[5], tratava-se de uma carta ao bispo de Bragança[6] (Dom Miguel Giambelli) denunciando que o Pe. Nello Ruffaldi, da Congregação Pontifícia Instituição Missões Estrangeiras (Pime) e então coordenador do Cimi Regional Norte 2, estaria dividindo os Tembé. Descobriu-se, algum tempo depois, que apenas uma liderança indígena envolvida com venda de madeira forjou tal carta e que outras lideranças que assinaram não tinham o pleno conhecimento. Graças a essa descoberta passei a visitar também as aldeias de baixo.

Minha presença e trabalho foi de formação e organização dos Tembé na luta pelo território[7]. Em equipe com outros companheiros que iam e vinham para a aldeia, promovemos cursos de formação para produção de documentos reivindicatórios, encontros sobre conhecimento dos direitos indígenas, naquela ocasião usávamos os meios mais primários e eficientes que existiam, cartolinas, barbantes e caneta pincel, reprodutor manual de slides em fotos negativos, os quais ficavam lindos nas paredes. De uma aldeia para outra não havia estradas, mas veredas para caminhar, quando não era de canoa no Rio Guamá, atravessávamos os igarapés a pé, rezando para que um poraquê não desse um bote. E graças a Deus íamos e vínhamos com segurança e carinho dos próprios indígenas que faziam questão de nos acompanhar para chegarmos bem aos nossos destinos. Talvez o diferencial dos missionários, naquela época, era a prontidão e disponibilidade que tínhamos em escutar os homens e mulheres mais idosos, pois estávamos com tesouros históricos e não podíamos perder as oportunidades que a vida nos dava com essas pessoas. Foram muitas conversas à luz de lamparinas ou em volta de fogueiras, que nos formava adequadamente para a luta e para a nossa mística missionária. Cada vez mais o nosso compromisso e cumplicidade com esse povo (e com outros povos) se davam nessa intimidade nos longos diálogos. Nós passávamos de estranhos a amigos íntimos, com direito a ser chamados para refeições ou para ter um bom cômodo no cantinho da casa para dormir bem e fazer o trabalho de articulação e organização.

Tínhamos também a estratégia formativa de articulação dos Tembé com outros povos, levando-os aos inúmeros cursos para lideranças indígenas promovidos pelo Cimi Regional Norte 2 em Ananindeua, no Centro Sagrada Família, evento que juntava vários povos de diversas regiões do Pará, que na oportunidade traziam suas ricas experiências de luta e conquistas de seus territórios e de outros direitos. Anos mais tarde, após a rica experiência do protesto celebrativo dos 500 anos, no ano 2000, na Bahia, os Tembé e outras etnias do estado do Pará passaram a participar mais do cenário nacional de mobilização indígena por meio dos Acampamentos Terra Livre (ATL), que acontecem até os dias atuais em Brasília e reúnem aproximadamente 5 mil lideranças a cada evento.

Nessa minha e nossa presença, me desculpem, pois não consigo ser, e não sou mesmo, autor único dessa presença com os índios, por isso uso muito a primeira pessoa do plural no decorrer do texto. Sendo assim, houve vários fatos marcantes e gostaria de destacar apenas dois em especial.

[4] Referindo-se às aldeias localizadas acima do Rio Guamá, tais como as aldeias S. Pedro, Tawari, Itapotire.
[5] Referindo-se às aldeias localizadas abaixo do Rio Guamá, tais como as aldeias Sede, Ituaçu.
[6] Município paraense, localizado a 300 km de Belém e que também deu nome à circunscrição diocesana de Bragança.
[7] O território se encontrava invadido e a desunião do povo não permitia o enfrentamento coletivamente.

Homologação da terra indígena Alto Rio Guamá

Um desses fatos foi o dia da homologação da terra indígena Alto Rio Guamá, em outubro de 1993. Foi um ato celebrativo de profunda importância, uma vez que, em poucos meses, após intensas incursões de fiscalização no território, os Tembé estavam reocupando o Bacaba, uma área desintrusada que hoje se tornou aldeia, cujo nome indígena é Pinoá, que quer dizer bacaba[8] (fruto de uma palmeira nativa da Amazônia). Passamos o dia celebrando, ou melhor, andando pelo mato. Saímos da aldeia São Pedro por dentro da mata rumo ao Bacaba, por quase 3 horas, caminhando com pelo menos 50 índios e, em certa altura na mata, encontramos os demais que vinham de outras aldeias para o mesmo ato celebrativo. Ali, no meio desses companheiros, notávamos, de forma gratificante, a alegria e o brilho nos olhos, brilho do urucum[9] e do jenipapo[10] no corpo Tembé. Era um bom pedaço de território, onde vivia quase uma cidade, que estavam reavendo. Mas notei também que não era somente a terra que estavam reconquistando, mas suas identidades culturais, pois há tempos que não víamos transbordante orgulho em demonstrar que eram Tembé, e a luta pela terra ajudou a empoderar essa identidade cultural, tudo estava intimamente conectado. Pois iriam ainda enfrentar muitas batalhas, e necessariamente a cultura Tenetehar seria a mística motivadora.

O protagonismo da luta Tembé por educação

Outro fato gratificante foi o protagonismo da luta Tembé por educação. Vou destacar a educação, por eu ter acompanhado o processo que culminou com o protagonismo dos indígenas em suas escolas. Um grande problema apontado na educação escolar era a continuidade dos estudos, uma vez que estudavam até o ensino primário (1ª a 4ª série). Então um jovem Tembé concluía e estudava a quarta série pelo menos três a quatro vezes para não parar de estudar. E quando pretendia avançar no ensino fundamental maior, teria que necessariamente sair da aldeia e estabelecer-se na cidade, o que levava muitos a desistir.

Havia entre eles uma sede enorme de aprender a escrever cartas para as autoridades, fazer documentos para ajudar na luta pela terra, mas para isso queriam dominar a escrita e a leitura. O *Jornal Mensageiro*, produzido pelo Cimi Regional, serviu inúmeras vezes de cartilha nesse processo de aprendizado, pois trazia em seus conteúdos notícias de outros parentes indígenas de todo o território nacional, trazia experiências e pautas de reivindicações. Mas, como poderíamos resolver tal situação? Era a pergunta feita às lideranças. Lendo na *Revista Mensageiro* uma das experiências de supletivo indígena feito no Oiapoque[11] com apoio de Padre Nello Ruffaldi e Ir. Rebeca Spures da Congregação das Irmãs de Notre Dame, foi a luz que ajudou a clarear as ideias. Sentamos e refletimos com as lideranças e apresentamos essa sugestão que foi de pronto acolhida. No entanto, ainda precisávamos de reconhecimento formal, o que não veio tão rápido, pois o município de Capitão Poço não tinha interesse em absorver esses estudantes indígenas para formalizar um supletivo. Levamos a pauta para a Secretaria de Educação do Pará (Seduc-PA),

[8] Nome científico *Oenocarpus bacaba.*

[9] Nome científico *Bixa orellana* (Bixaceae). Os índios utilizam para a culinária e pinturas corporais. Fruto de cor vermelha oriunda do urucuzeiro ou urucueiro (*Bixa orellana*), originária da América tropical.

[10] É o fruto do jenipapeiro, árvore nativa das Américas do Sul e Central. De cor marrom.

[11] Município do estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. Lá o Cimi tinha uma equipe que trabalhava educação escolar indígena com os povos Indígenas Karipuna, Galibi e Palikur.

que também achou a proposta muita boa, no entanto ela já tinha uma proposta de Ensino Regular, que até então não havia saído do papel. Diante das negativas do poder público coube-nos a proposta de formar alunos indígenas para que posteriormente prestassem exames e conseguissem boas classificações, para atingir uma etapa que lhes dessem acesso ao ensino médio. Assim foi feito. Com ajuda de projetos apoiados por Cáritas Norte 2 e pelo próprio Cimi, com a articulação e o envolvimento de professores voluntários dos movimentos sociais, Universidade Federal do Pará (UFPA) e CEBs, começamos em 2002 a implementar aulas para 50 jovens em dois polos. Material didático e alimentos foram fornecidos na escola, pois o ensino era integral, popular e cheio de sonhos. Como se dizia, iniciamos "aos trancos e barrancos".

No decorrer do processo, o movimento por educação Tembé chamou atenção do poder público, pois o Conselho Estadual de Educação aprovou uma resolução criando o supletivo especial para indígenas. Foi uma boa conquista, pois eles poderiam fazer as provas em suas próprias aldeias. Resultado? Em 2 anos, 46 jovens da etnia Tembé estavam preparados para acessar o Ensino Médio. No entanto, já tínhamos debatido com os indígenas que o Supletivo era apenas o começo, e foi mesmo. Após esse processo, embarcaram na formação para o magistério indígena, dessa vez promovido pela Seduc-PA, que levou quase 6 anos para formar os primeiros professores, que logo em seguida passaram a ocupar suas escolas e ensinar suas crianças do 1º ao 5º ano. Vitória indígena. O ápice mesmo veio mais tarde, com o sonho do Ensino Superior, em que vários desses professores ingressaram no curso intercultural indígena promovido pela Universidade do Estado do Pará (Uepa) e depois de formados passaram a ensinar também no curso regular fundamental Maior e Médio. Em 2014, a formatura desses indígenas foi de explodir o coração. Com muita dança Kaê[12]. Contaram também com outros parentes indígenas, como o Povo Gavião[13], que também acessaram o intercultural. Pessoas que estavam sem esperança de continuar seus estudos, formados, como consequência de seus sonhos e luta de ver uma escola verdadeiramente indígena, ensinada e gerida por indígenas. São essas conquistas que nos incentivam como ativistas e missionários do Cimi a continuar na luta pela terra sem males. Por isso mesmo continuo na causa indígena, no Cimi e com os Tembé.

E oportunamente agradeço ao Cimi, na ocasião das celebrações dos 50 anos de história de luta com os povos indígenas. Foi graças ao aprendizado e experiências da companheirada do Cimi que fui moldando minhas ações e minha mística militante. Que Deus continue abençoando as nossas lutas pelo bem viver e por justiça a todos os povos.

[12] Palavra de um verso de uma das variadas músicas cantadas por eles para dançar.

[13] Povo indígena que vive no sudeste paraense, no território indígena Mãe Maria, localizado no município de Bom Jesus do Tocantins, PA.